REVISTA ERR01 ISSN: 2595-1378

INDICADORES EDUCACIONAIS DO TOCANTINS: UMA ANÁLISE DOS RESULTADOS DO SAEB (2013–2023)

EDUCATIONAL INDICATORS OF TOCANTINS: AN ANALYSIS OF SAEB RESULTS (2013–2023)

INDICADORES EDUCATIVOS DE TOCANTINS: ANÁLISIS DE LOS RESULTADOS DE LA SAEB (2013-2023)

https://doi.org/10.56238/ERR01v10n3-021

Isolda Barbosa de Araujo Pacini
Mestre em Modelagem Computacional do Conhecimento
Instituição: Universidade Federal do Tocantins (UFT)
E-mail: isoldapacini@gmail.com

Geny Batista Ferreira
Mestre em Modelagem Computacional do Conhecimento
Instituição: Universidade Federal do Tocantins (UFT)
E-mail: gbatistaferreira@gmail.com

Maria do Carmo Pereira dos Santos
Doutora em Ciências do Ambiente
Instituição: Universidade Federal do Tocantins (UFT)
E-mail: mariacptito@gmail.com

RESUMO
Este artigo apresenta uma análise dos indicadores educacionais do Tocantins, com foco nas médias de proficiência do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) referentes às turmas do 9º ano do Ensino Fundamental da rede estadual, nas edições de 2013 e 2023. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada em revisão sistemática da literatura e na análise de dados secundários disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os dados, extraídos de séries históricas do SAEB, possibilitaram identificar avanços e desafios na aprendizagem dos estudantes ao longo da última década. Os resultados obtidos contribuem para o planejamento de políticas públicas educacionais mais eficazes, orientando a Secretaria da Educação do Tocantins (Seduc/TO) e demais órgãos educacionais na tomada de decisões alinhadas às demandas educacionais emergentes.

Palavras-chave: Indicadores Educacionais. Médias de Proficiência. SAEB. Políticas Públicas.

ABSTRACT
This article presents an analysis of educational indicators in Tocantins, focusing on the proficiency averages from the Basic Education Assessment System (SAEB) for 9th-grade classes in the state's elementary school system, in the 2013 and 2023 editions. The research adopts a qualitative approach, based on a systematic literature review and analysis of secondary data provided by the Anísio Teixeira

National Institute of Educational Studies and Research (INEP). The data, extracted from historical SAEB data series, allowed us to identify advances and challenges in student learning over the last decade. The results are expected to contribute to the planning of more effective public education policies, guiding the Tocantins Department of Education (Seduc/TO) and other educational agencies in making decisions aligned with emerging educational demands.

Keywords: Educational Indicators. Proficiency Averages. SAEB. Public Policies.

RESUMEN
Este artículo presenta un análisis de los indicadores educativos en Tocantins, centrándose en los promedios de competencia del Sistema de Evaluación de la Educación Básica (SAEB) para las clases de 9.º grado de la red estatal de educación primaria, en las ediciones de 2013 y 2023. La investigación adopta un enfoque cualitativo, basado en una revisión sistemática de la literatura y el análisis de datos secundarios proporcionados por el Instituto Nacional de Estudios e Investigaciones Educativas Anísio Teixeira (INEP). Los datos, extraídos de series históricas del SAEB, permitieron identificar avances y desafíos en el aprendizaje estudiantil durante la última década. Los resultados obtenidos contribuyen a la planificación de políticas educativas públicas más efectivas, orientando a la Secretaría de Educación de Tocantins (Seduc/TO) y a otras agencias educativas en la toma de decisiones alineadas con las nuevas demandas educativas.

Palabras clave: Indicadores Educativos. Promedios de Competencia. SAEB. Políticas Públicas.

ISSN: 2595-1378

1 INTRODUÇÃO

Na contemporaneidade, a busca pela elevação da qualidade do ensino motivou a formulação de diversos instrumentos voltados ao diagnóstico e fortalecimento da educação básica. Nesse sentido, destacam-se as estratégias delineadas pelo Ministério da Educação (MEC), em articulação com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que culminaram, a partir da década de 1990, na implementação de avaliações externas sistemáticas, por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), para aprimorar e monitorar as políticas públicas educacionais no país.

Tal sistema foi concebido com a finalidade de aferir a qualidade da aprendizagem nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática, resultando, posteriormente, na criação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), instituído pelo Inep em 2007 como instrumento de monitoramento e melhoria contínua da educação nacional.

No entanto, o panorama do resultado do SAEB indica que apesar do avanço relacionado ao acesso à educação com a democratização do ensino, principalmente após a publicação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB nº 9.394/1996), ainda há muitas estratégias a serem implementadas em relação à qualidade de ensino, visto que a democratização do acesso ao conhecimento só ocorre quando está a serviço da aprendizagem e ao desenvolvimento dos indivíduos por intermédio de práticas pedagógicas (Ramos e Rossato, 2017).

Nesse sentido, é essencial resgatar a reflexão de Freire (1996, p. 31), ao afirmar que “ensinar exige respeito à autonomia do ser do educando”. Avaliar, portanto, não pode ser reduzido a uma mera verificação de conteúdos aprendidos, mas deve constituir-se como um processo dialógico e formativo, no qual se reafirma o respeito à dignidade, à identidade e à autonomia do estudante. A avaliação deve integrar o educando ao processo educativo, valorizando seu saber e sua trajetória individual.

Diante desse cenário, este trabalho tem como objetivo analisar os indicadores educacionais relacionados às médias de proficiência do SAEB, referentes às turmas do 9º ano do Ensino Fundamental, nas edições de 2013 e 2023, da rede estadual de ensino do Tocantins. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com base em uma revisão sistemática da literatura. Para a análise dos dados, foram utilizadas informações disponibilizadas pelo INEP, que reúne séries históricas e detalhadas dos resultados do SAEB.

2 UM BREVE HISTÓRICO DO SAEB: EVOLUÇÃO E ESTRUTURA

Com o intuito de compreender com maior profundidade o sistema educacional brasileiro, o MEC, por meio do INEP, instituiu, em 1990, o SAEB. Desse modo, a partir de 1995 o SAEB passou a ser aplicado de forma amostral e bienal, com o objetivo de diagnosticar a situação da aprendizagem

dos estudantes em diferentes etapas do ensino, avaliar as redes de ensino e estabelecer matrizes de referência e escalas de proficiência (MEC/INEP, 2025).

Ao longo dos anos, o SAEB foi sendo estruturado e passa a realizar avaliações censitárias dos estudantes do 5º e 9º ano do Ensino Fundamental das redes públicas (municipal, estadual e federal), em zonas urbanas e rurais, desde que as turmas possuam 20 ou mais alunos matriculados, focando na análise do desempenho por unidade escolar. A avaliação se concentra no desempenho dos estudantes em Língua Portuguesa (com ênfase na leitura) e matemática (com foco na resolução de problemas). As Matrizes de Referência, elaboradas pelo INEP com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), nos currículos estaduais e municipais, em livros didáticos amplamente utilizados e com a contribuição de professores das redes, definem os conteúdos e habilidades a serem avaliados em cada área do conhecimento. (MEC/INEP, 2025).

A partir de 2019, o SAEB passou por um processo de transição, com as matrizes sendo progressivamente alinhadas à Base Nacional Comum Curricular (BNCC). No entanto, a fim de garantir a comparabilidade com os resultados de 2021, que foram fortemente impactados pela pandemia de COVID-19, a edição de 2023 manteve as matrizes anteriores para Língua Portuguesa e Matemática nos 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e no Ensino Médio (MEC/INEP, 2025).

Outra mudança significativa implementada a partir de 2019 diz respeito ao processo de alinhamento das avaliações do SAEB à BNCC. Nesse contexto, foram iniciadas as atualizações das Matrizes de Referência, de modo a refletir as competências e habilidades previstas na BNCC. Considerando o novo marco legal, o INEP priorizou, em um primeiro momento, a aplicação das novas matrizes para as avaliações de Língua Portuguesa e Matemática no 2º ano do Ensino Fundamental, bem como das áreas de Ciências Humanas e Ciências da Natureza no 9º ano do Ensino Fundamental (MEC/INEP, 2025).

Essas aplicações ocorreram de forma amostral, com o objetivo de testar e ajustar os instrumentos avaliativos sem que houvesse impacto direto no cálculo do IDEB, uma vez que este indicador depende da comparabilidade dos resultados ao longo das edições. Tal estratégia buscou garantir a transição gradual entre as matrizes antigas e as novas, assegurando a continuidade das séries históricas e a integridade das análises sobre a qualidade da educação básica brasileira (MEC/INEP, 2025).

O desempenho dos estudantes no SAEB é expresso por meio de uma escala numérica de 0 a 500 pontos, dividida em intervalos de 25 pontos, denominados níveis de proficiência. A escala é construída com base na Teoria da Resposta ao Item (TRI), modelo estatístico que considera a dificuldade, a discriminação e a possibilidade de acerto ao acaso das questões. Cada nível representa

um conjunto de habilidades que os estudantes, posicionados naquela faixa, provavelmente dominam (MEC/INEP, 2013).

No caso específico da Matemática no 9º ano do Ensino Fundamental, os níveis de proficiência vão do nível 1 (desempenho maior ou igual a 200 e menor que 225 pontos) até o nível 9 (maior ou igual a 400 pontos). Para Língua Portuguesa, os níveis também iniciam no 1, mas se estendem apenas até o nível 8 (desempenho maior ou igual a 375 pontos) (MEC/INEP, 2013).

Nesse contexto, a análise da proficiência dos estudantes evidencia a necessidade de se mensurar, de forma mais ampla, a aprendizagem escolar. No entanto, medir a aprendizagem é um desafio complexo, pois envolve diversas variáveis – populacionais, culturais, sociais e econômicas – exigindo uma leitura multifacetada da realidade educacional, em um país com características distintas, que precisam ser consideradas de acordo com o contexto de cada região.

2.1 A IMPORTÂNCIA DA MENSURAÇÃO DA QUALIDADE EDUCACIONAL

Os indicadores educacionais surgem como ferramentas essenciais na busca por evidências concretas sobre a qualidade do ensino. Pontes (2012, p. 13) define indicador como "um valor calculado segundo critérios rígidos e que retrata uma dimensão específica de interesse", sendo, portanto, um instrumento mensurável que permite verificar em que medida metas e objetivos educacionais estão sendo alcançados.

Foi nesse cenário que, em 2007, o MEC instituiu o IDEB, combinando dois referenciais fundamentais: o desempenho dos estudantes nas avaliações externas (SAEB) e a taxa de rendimento escolar (fluxo), obtida por meio do Censo Escolar. O IDEB é calculado pela multiplicação da proficiência média pela taxa de rendimento, permitindo monitorar a evolução da qualidade educacional ao longo do tempo (MEC/INEP, 2025).

De igual modo, O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) lançado em 2007, estabeleceu como meta que o Brasil alcançasse, até 2022, um IDEB médio de 6,0 nos anos finais do Ensino Fundamental – patamar equivalente ao de países desenvolvidos. No entanto, os dados de 2023 indicam que a média nacional para as escolas estaduais no 9º ano foi de 4,9, enquanto o estado do Tocantins obteve 4,7, valor ainda distante da meta estipulada (MEC/INEP, 2025).

Dessa forma, tornou-se imprescindível que o sistema educacional brasileiro acompanhasse de forma sistemática os dados fornecidos pelo IDEB e pelo desempenho dos estudantes no SAEB, com o intuito de identificar as reais necessidades das escolas e implementar ações que promovam a melhoria contínua da qualidade da educação básica.

De acordo com Gatti (2009), as avaliações em larga escala oferecem informações mais confiáveis sobre o repertório escolar de crianças e jovens, além de possibilitar comparações em uma

escala maior. A principal intenção dessas avaliações pelo Inep, segundo a autora, são de fornecer dados que auxiliem a tomada de decisões em relação as políticas educacionais e fomentem pesquisas e discussões, a partir da organização e análise das informações sobre o desempenho dos alunos e fatores correlacionados. No entanto, a autora salienta que um dos principais desafios continua sendo a capacidade das escolas de se apropriarem dos resultados obtidos pelos alunos e utilizá-los de maneira eficaz para orientar suas práticas pedagógicas.

Bonamino (2016) destaca que é compreensível que muitos professores e diretores no Brasil, diante do desinteresse pelas questões contextuais, não se sintam motivados a refletir ou compreender as características das escolas em que atuam e sua relação com o aprendizado dos alunos, mesmo com a divulgação dos resultados de desempenho ou de indicadores sintéticos. A estudiosa argumenta que, além dos resultados cognitivos dos alunos, esses profissionais necessitam de ferramentas que possibilitem responder às novas questões que surgem em relação às suas práticas e ao ambiente escolar.

Por outro lado Almeida, Dalben e Freitas (2013) levantam questões importantes sobre a utilização de avaliações em larga escala para analisar o desempenho das escolas. Os especialistas destacam que os resultados e os índices derivados dessas avaliações não devem ser compreendidos como a única ou principal fonte de análise da qualidade do trabalho desenvolvido nas instituições educacionais. Isso porque os desempenhos médios apresentados nesses indicadores tendem a ser simplificações que não conseguem expressar com precisão a complexidade e a diversidade do cotidiano escolar.

Nessa mesma perspectiva crítica, Popkewitz e Lindblad (2016), *apud* Silva, Silva e Ferreira (2022) apontam que a lógica dos números, quando traduzida em indicadores estatísticos, acaba promovendo processos de hierarquização, categorização e classificação entre países, instituições, regiões, escolas e indivíduos. Além do mais, essa mesma dialética mercantiliza a educação e reduz as pessoas, especialmente as crianças, a simples dados estatísticos, sujeitando-as a mecanismos de controle social.

Dessa forma, embora as avaliações em larga escala, como o SAEB, ofereçam subsídios importantes para o monitoramento de políticas públicas e a identificação de tendências educacionais, elas não devem ser tomadas como instrumentos únicos ou definitivos para julgar a qualidade das escolas. É fundamental reconhecer que o processo educativo é complexo, situado em realidades diversas e atravessado por múltiplos fatores pedagógicos, sociais e culturais. Avaliar a educação com justiça e profundidade exige, portanto, a articulação entre dados quantitativos e análises qualitativas, bem como a valorização da escuta de professores, estudantes e comunidades escolares, em um processo contínuo de construção e desconstrução.

2.2 O SAEB NO TOCANTINS

O sistema estadual de ensino do Tocantins, assim como os demais estados brasileiros, passou a utilizar os resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), em conjunto com os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), como subsídio para o planejamento e a implementação de ações pedagógicas voltadas à melhoria da qualidade do ensino. Essa diretriz está alinhada ao Plano Estadual de Educação do Tocantins (PEE/TO), instituído pela Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015, que, em sua Meta 23, estabelece o compromisso de "garantir a qualidade da educação básica em todas as etapas, níveis e modalidades de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem" (Plano Estadual de Educação do Tocantins, 2015, p. 47).

A referida meta é de grande relevância para a gestão escolar, uma vez que possibilita o diagnóstico das necessidades das unidades escolares, promovendo o controle e o monitoramento das ações educativas. Além disso, permite avaliar se as escolas têm consolidado sua autonomia administrativa e financeira e se o planejamento pedagógico é estruturado de forma consistente, visando, de fato, ao aprimoramento dos processos de ensino e aprendizagem.

No que se refere ao desempenho dos alunos do 9º ano do Ensino Fundamental da rede estadual urbana do Tocantins, os dados do SAEB de 2013 indicam médias de proficiência de 232,19 em Língua Portuguesa e 238,12 em Matemática, resultando em uma média geral de 236,16 pontos (MEC/INEP, 2025). Já na edição de 2023, considerando as mesmas 201 unidades escolares, as médias foram de 242,65 em Língua Portuguesa e 243,83 em Matemática, totalizando uma média geral de 243,24 pontos (MEC/INEP, 2025). Embora se observe um avanço numérico ao longo de uma década, os resultados ainda se mantêm no nível 2 da escala de proficiência do SAEB, o que revela a persistência de desafios significativos no processo de ensino-aprendizagem.

Diante desse cenário, esta pesquisa tem como foco à análise dos dados educacionais do estado do Tocantins, com o objetivo de identificar relações entre os indicadores de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática nas edições de 2013 e 2023 do SAEB, por unidade escolar. A expectativa do estudo é oferecer subsídios que contribuam com o trabalho da Secretaria de Estado da Educação (Seduc/TO) e de demais órgãos educacionais, fortalecendo o planejamento de políticas públicas que promovam uma educação de qualidade, equitativa e com foco na aprendizagem dos estudantes.

3 METODOLOGIA

Com uma abordagem mista, a pesquisa combina métodos quantitativos e qualitativos, necessários à compreensão do fenômeno em estudo ao fornecer uma visão geral do desempenho educacional, conforme Creswell e Creswell (2021). A pesquisa foi conduzida por meio da coleta e análise de dados disponibilizados no site do INEP, referentes ao desempenho dos estudantes no SAEB,

nas edições de 2013 e 2023, considerando cada unidade escolar da rede estadual de ensino do Tocantins que oferta o 9º ano do Ensino Fundamental. O estudo caracteriza-se por uma abordagem bibliográfica e documental, utilizando a combinação de métodos qualitativos e quantitativos.

Inicialmente, identificou-se um universo composto por 340 unidades escolares da rede estadual do Tocantins que ofertam os Anos Finais do Ensino Fundamental. Contudo, ao considerar apenas as escolas presentes em ambas às edições do SAEB — 2013 e 2023 — a amostra final foi reduzida para 201 unidades escolares, o que ocorreu devido ao fechamento de algumas escolas ou à inexistência da oferta do 9º ano do Ensino Fundamental em um dos anos analisados, o que inviabilizou a correspondência entre os dados.

3.1 CÁLCULO DO TAMANHO E PROCESSO DE AMOSTRAGEM

Na análise estatística de dados, a amostra representa uma parcela significativa e representativa da população de interesse. Quanto maior e mais variada for a amostra, mais próxima estará de retratar as características do universo analisado. Conforme Marconi e Lakatos (1996), a amostra constitui-se como uma parcela intencionalmente selecionada da população, permitindo inferências confiáveis sobre o todo.

Para o tratamento e análise dos dados coletados, foram utilizadas ferramentas estatísticas e recursos computacionais, com destaque para planilhas eletrônicas do Microsoft Excel, por meio das quais se realizaram a tabulação, organização e representação gráfica das informações.

3.2 PROCESSAMENTO DOS DADOS

O processamento dos dados corresponde à etapa de preparação e refinamento das informações, garantindo maior qualidade e confiabilidade aos resultados. Segundo Batista (2003), esta fase é fundamental para eliminar inconsistências, lacunas e redundâncias que possam comprometer a análise.

Nesta pesquisa, o processamento dos dados seguiu as seguintes etapas:

1. Agrupamento/Mapeamento dos dados das unidades escolares da rede estadual do Tocantins, associando as respectivas notas de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática do SAEB;
2. Exclusão dos dados das escolas que não apresentaram registros completos dos indicadores e das notas da Prova Brasil (SAEB) nas edições de 2013 e 2023, referentes ao 9º ano do Ensino Fundamental, uma vez que tais informações são essenciais para o objetivo da pesquisa;
3. Remoção de informações consideradas irrelevantes para a análise, tais como: “ano”, “região”, “unidade federativa (UF)” e “dependência administrativa”, por serem uniformes neste estudo; além de dados como “código” e “nome do município” e “código” e “nome da escola”, evitando

interferências na geração de padrões e regras para as análises, considerando o foco exclusivo no 9º ano do Ensino Fundamental;

4. Finalizada a etapa de tratamento e depuração, a amostra consolidou-se em 201 unidades escolares, número final utilizado nesta análise.

Nessa perspectiva, a metodologia adotada neste estudo buscou assegurar a consistência e a confiabilidade dos dados analisados, permitindo uma comparação adequada entre os resultados do SAEB das edições de 2013 e 2023. A seleção criteriosa das escolas, o refinamento dos dados e o uso da abordagem mista, com o uso de métodos quantitativos e qualitativos, viabilizaram uma análise aprofundada do desempenho das unidades escolares do Tocantins. Espera-se, assim, que os resultados desta pesquisa contribuam para o diagnóstico da qualidade do ensino, oferecendo subsídios relevantes para o planejamento de políticas públicas educacionais voltadas à melhoria da aprendizagem na rede estadual de ensino, o que poderá ressignificar a qualidade do ensino na educação básica do Tocantins.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados desta pesquisa procuraram analisar as relações entre os níveis de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática da Prova Brasil, do 9º ano do Ensino Fundamental, da rede estadual de ensino do Tocantins, da zona urbana, nas edições de 2013 e 2023. A Tabela 1 apresenta os resultados do SAEB referentes às médias de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática do 9º ano do Ensino Fundamental para as redes estaduais urbanas de todas as Unidades Federativas (UFs), organizadas por região.

Tabela 1 – Resultados do SAEB nas Unidades Federativas em 2013 e 2023.

UNIDADES FEDERATIVAS	2013				2023			
	LP 9º ANO	M 9º ANO	MÉD.	COL.	LP 9º ANO	M 9º ANO	MÉD.	COL.
Rondônia	240,43	244,86	242,65	11º	248,81	246,83	247,82	15°
Acre	245,67	243,37	244,52	8º	257,71	251,69	254,70	10°
Amazonas	239,11	237,32	238,22	13º	255,06	249,35	252,20	12°
Roraima	226,99	230,04	228,52	22º	237,85	237,14	237,50	25°
Pará	229,44	227,29	228,37	23º	248,8	240,38	244,59	20°
Amapá	225,81	223,47	224,28	26º	244,59	234,51	239,55	23°
Tocantins	**233,14**	**238,73**	**235,94**	**14º**	**247,4**	**246,08**	**246,74**	**17°**
Maranhão	233,34	230,59	231,97	19º	260,26	250,64	255,45	9°
Piauí	232,07	236,52	234,30	15º	259,98	256,55	258,27	6°
Ceará	242,16	242,08	242,12	12º	263,19	257,58	260,39	4°
R.G.do Norte	230,89	233,85	232,37	18º	241,59	235,47	238,53	24°
Paraíba	223,04	227,02	225,03	25º	243,3	236,91	240,11	22°
Pernambuco	230,43	234,65	232,54	17º	257,24	250,88	254,06	11°

ISSN: 2595-1378

Alagoas	221,54	223,9	222,72	27º	248,19	244,19	246,19	18°
Sergipe	226,74	232,08	229,41	21º	246,39	240,85	243,62	21°
Bahia	226,95	229,51	228,23	24º	232,54	226,74	229,64	27°
Minas Gerais	251,98	260,36	256,17	1º	252,74	249,35	251,05	13°
Espírito Santo	241,86	250,31	246,09	6º	261,99	260,5	261,25	3°
Rio de Janeiro	230,65	236,31	233,48	16º	237,35	232,1	234,73	26°
São Paulo	240,68	245,06	242,87	10º	260,41	256,33	258,37	5°
Paraná	243,18	249,33	246,26	5º	264,47	264,55	264,51	2°
Santa Catarina	241,05	247,01	244,03	9º	257,4	256,27	256,84	7°
R.G.do Sul	249,65	254,64	252,15	2º	259,64	253,77	256,71	8°
M.G.do Sul	247,97	251,59	249,78	4º	249,79	245,74	247,77	16°
Mato Grosso	229,75	232,26	231,00	20º	246,89	243,21	245,05	19°
Goiás	248,25	252	250,13	3º	267,1	266,83	266,97	1°
Distrito Federal	242,44	247,3	244,87	7º	250,11	245,87	247,99	14°

Fonte: INEP (2013; 2023), com adaptação da autora

Os dados permitem observar o desempenho médio dos estudantes e a colocação relativa de cada UF no ranking nacional, conforme a escala de proficiência do SAEB. De maneira geral, os resultados indicam que as médias de proficiência permanecem aquém do ideal, revelando que os alunos das redes estaduais, em sua maioria, ainda não alcançam os níveis mais altos da escala, sendo que mesmo os estados com melhor desempenho permanecem dentro do nível 3, que representa um patamar incipiente.

Verifica-se na evolução dos desempenhos (2013–2023), ao comparar os dois períodos, a ocorrência de mudanças significativas no posicionamento de diversas unidades federativas, com algumas apresentando avanços consistentes, enquanto outras regrediram em relação ao desempenho nacional. Os destaques incluem avanços expressivos dos estados de Alagoas e Amapá, que figuravam entre os últimos colocados em 2013 (27° e 26°, respectivamente) e subiram para 18° e 23° em 2023, assim como os estados do Nordeste, como Ceará (12° → 4°), Piauí (15° → 6°), Maranhão (19° → 9°) e Pernambuco (17° → 11°), apresentando ganhos significativos nas médias e posições no ranking.

Por outro lado, verificam-se quedas relevantes como os estados de Minas Gerais, líder em 2013 (1º lugar), que caiu para 13º em 2023, do Rio de Janeiro e Bahia, que tinham colocações intermediárias (16° e 24°, respectivamente) e passaram a ocupar as últimas posições em 2023 (26° e 27°).

Em relação ao desempenho do estado do Tocantins, os dados evidenciam um pequeno avanço ao longo do período de dez anos. Em 2013, a média geral das proficiências em Língua Portuguesa e Matemática foi de 235,94 pontos, o que posicionou o estado na 14ª colocação no ranking nacional. Já em 2023, essa média passou para 246,74 pontos, embora, paradoxalmente, o Tocantins tenha ocupado a 17ª colocação nacional. No contexto da Região Norte, o estado figura na 4ª posição, situando-se à

frente de estados como Roraima, Amapá e Pará, porém, ainda atrás de unidades federativas que demonstraram avanços mais consistentes, como Acre, Amazonas e Maranhão.

Os dados evidenciam que, apesar do leve progresso, os resultados permanecem aquém do esperado e indicam a necessidade urgente de ações estruturadas e contínuas para o fortalecimento da educação pública, tanto no Tocantins quanto nas demais unidades federativas. Embora alguns estados tenham apresentado crescimento nas médias e nas posições relativas, o fato de que nenhum estado brasileiro tenha alcançado patamares superiores ao nível 3 da escala de proficiência do Saeb revela que o desempenho nacional ainda está distante dos parâmetros de qualidade considerados adequados, sobretudo aqueles que representam o domínio pleno das competências e habilidades previstas para o 9º ano do Ensino Fundamental.

É diante desse cenário que Gatti (2009) destaca um dos maiores desafios da educação brasileira: a capacidade das escolas de se apropriarem dos resultados obtidos por seus estudantes e utilizá-los de forma efetiva para reorientar suas práticas pedagógicas. Complementando essa reflexão, Bonamino (2016) ressalta que muitos professores e gestores escolares, desmotivados ou pouco sensibilizados para as especificidades contextuais, acabam não estabelecendo a necessária relação entre as características da escola em que atuam e o desempenho dos alunos, mesmo diante da ampla divulgação dos resultados de avaliações e indicadores educacionais.

Portanto, torna-se imprescindível o fortalecimento das políticas públicas educacionais, com especial atenção à formação continuada de professores e gestores, à intensificação do acompanhamento pedagógico baseado em dados concretos e à implementação de estratégias eficazes de recuperação e avanço da aprendizagem. No caso específico do Tocantins, os dados revelam que há um percurso considerável a ser percorrido para que se possa alcançar uma elevação mais expressiva no desempenho dos estudantes. Esse movimento, além de beneficiar diretamente os alunos do estado, contribui para a construção de um cenário nacional mais justo, equitativo e pautado na garantia de uma educação pública de qualidade para todos.

4.1 PROFICIÊNCIA DO SAEB DO TOCANTINS: EDIÇÃO 2013

Em 2013, entre as 201 escolas urbanas da rede estadual de ensino do Tocantins que ofertavam o 9º ano do Ensino Fundamental e participaram da avaliação do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), observou-se uma predominância de resultados concentrados no nível 2 da escala de proficiência, tanto na área de Matemática quanto na de Língua Portuguesa. Essa distribuição de desempenho evidencia um quadro preocupante em relação à aprendizagem dos estudantes, apontando para a necessidade de políticas públicas mais efetivas voltadas à melhoria da qualidade do ensino. A seguir, a Tabela 2 apresenta detalhadamente os dados obtidos na referida avaliação:

ISSN: 2595-1378

Tabela 2 – Total de escolas por níveis de proficiência do SAEB (2013)

NÍVEL SAEB	Total de Escolas Matemática	Média de Proficiência Matemática	Total de Escolas Língua Portuguesa	Média de Proficiência Língua Portuguesa
1	34	219,10	69	215,84
2	132	236,57	107	236,21
3	31	258,04	23	256,97
4	3	283,08	1	278,47
5	-	-	1	314,31
6	1	336,11	-	-

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados da pesquisa.

A análise dos dados indica um desempenho ainda distante dos patamares desejados, considerando que a meta de qualidade da aprendizagem no SAEB estabelece como referência níveis superiores, como o nível 9 em Matemática e o nível 8 em Língua Portuguesa. Assim, os resultados de 2013 evidenciam a necessidade de ações estruturadas e contínuas para a melhoria do desempenho educacional.

Contudo, conforme alertam Almeida, Dalben e Freitas (2013), os resultados e índices provenientes dessas avaliações em larga escala não devem ser interpretados como a única ou principal fonte para avaliar a qualidade do trabalho realizado nas instituições de ensino. Isso porque esses indicadores, ao apresentarem médias agregadas, tendem a simplificar uma realidade educacional complexa e heterogênea, que envolve diversos fatores socioeconômicos, pedagógicos e institucionais.

Ainda assim, os dados do SAEB constituem uma referência importante para orientar políticas públicas e práticas escolares. Dentre os caminhos possíveis para elevar os resultados e aproximar o desempenho das escolas dos níveis mais avançados, destacam-se:

- Investimentos em formação continuada e específica para os professores, com foco em práticas pedagógicas eficazes;
- Reforço na infraestrutura escolar e nos recursos didáticos disponíveis;
- Implementação de programas de reforço e recuperação paralela para os estudantes com dificuldades de aprendizagem;
- Monitoramento e avaliação pedagógica contínua, com foco na melhoria dos resultados;
- Valorização do trabalho docente e fortalecimento da gestão escolar;
- Promoção de uma cultura de altas expectativas e de protagonismo estudantil.

Dessa forma, avançar dos níveis iniciais de proficiência para patamares mais elevados requer um esforço coletivo, articulado e orientado por evidências educacionais. É fundamental que o poder público, as equipes gestoras e os profissionais da educação atuem de forma integrada, utilizando os dados disponíveis não apenas como instrumento de diagnóstico, mas como subsídio para o

planejamento pedagógico e a promoção de condições concretas de melhoria do ensino e da aprendizagem no Tocantins.

4.2 SÍNTESE DOS DADOS DO SAEB – 2023

No ano letivo de 2023, os dados do SAEB revelam o desempenho de 201 unidades escolares da rede estadual de ensino do Tocantins que ofertam o 9º ano do Ensino Fundamental. Conforme detalhado na Tabela 3, os resultados evidenciam os níveis de proficiência alcançados pelos estudantes nas áreas avaliadas, permitindo uma análise comparativa com os anos anteriores e contribuindo para a identificação de avanços, estagnações ou retrocessos no processo de ensino-aprendizagem.

Tabela 3 – Total de escolas por níveis de proficiência do SAEB (2023)

NÍVEL SAEB	Total de Escolas Matemática	Média de Proficiência Matemática	Total de Escolas Língua Portuguesa	Média de Proficiência Língua Portuguesa
1	24	220,51	23	218,77
2	120	237,60	114	237,73
3	46	257,84	54	260,00
4	10	280,18	10	283,70
5	1	305,52	-	-

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Os dados evidenciam que a maioria das unidades escolares continua concentrada no nível 2 da escala de proficiência – 120 escolas (59,7%) em Matemática, com média de 237,60 pontos, e 114 escolas (56,7%) em Língua Portuguesa, com média de 237,73 pontos. Esse resultado repete o cenário observado em 2013, demonstrando que, mesmo após uma década, a evolução no desempenho dos estudantes ainda é tímida e insuficiente para alcançar os níveis de aprendizagem esperados para o 9º ano do Ensino Fundamental, os quais são definidos como nível 9 para Matemática e nível 8 para Língua Portuguesa.

Nota-se, ainda, que apenas uma escola atingiu o nível 5 em Matemática (com média de 305,52), enquanto nenhuma alcançou esse nível em Língua Portuguesa. A baixa representatividade nos níveis superiores (níveis 4 e 5) revela um desafio persistente para o sistema educacional, uma vez que somente 11 escolas em Matemática (5,4%) e 10 em Língua Portuguesa (5%) superaram o nível 3.

Esses indicadores reforçam a necessidade de políticas públicas mais eficazes e estratégias pedagógicas que promovam uma aprendizagem significativa e equitativa, sobretudo para os estudantes que se encontram em contextos de maior vulnerabilidade. A busca por qualidade na educação exige investimentos contínuos na formação docente, no acompanhamento pedagógico e na promoção de

práticas que estimulem o protagonismo estudantil e o desenvolvimento de competências essenciais para os anos finais do Ensino Fundamental.

Para reflexão observa-se que a concentração nos níveis 1 e 2 revela um desempenho abaixo do esperado, o que indica a necessidade de ações estruturantes para reverter esse quadro e promover avanços mais significativos na aprendizagem dos estudantes, o que condiz com o pensamento de Freire (1996) de que a avaliação deve integrar o estudante ao processo educativo, valorizando seu conhecimento e sua experiência individual.

Como perspectivas de ação, a seguir, algumas estratégias podem ser adotadas:

- Implementação de programas de reforço e recuperação da aprendizagem, especialmente nas turmas do 6° ao 9° ano, para corrigir defasagens acumuladas ao longo da trajetória escolar.
- Acompanhamento pedagógico sistemático, com apoio técnico às escolas e equipes gestoras, para garantir a execução do currículo e o foco no desenvolvimento das competências avaliadas pelo SAEB.
- Investimento em metodologias ativas e materiais didáticos de qualidade, que promovam o engajamento dos estudantes na resolução de problemas, leitura crítica e interpretação de textos.
- Promoção de avaliações internas regulares, como simulados baseados na matriz do SAEB, para identificar fragilidades e ajustar as intervenções pedagógicas ao longo do ano letivo.
- Articulação com as famílias e a comunidade escolar, estimulando o envolvimento no processo educacional e valorizando o papel da escola na formação dos estudantes.

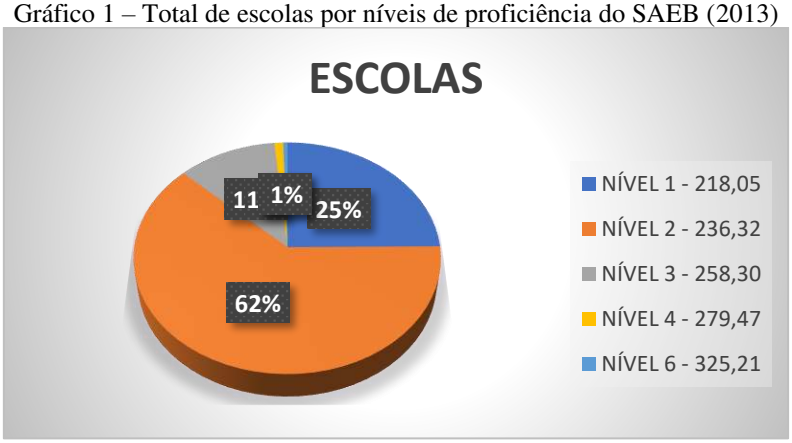
Nessa perspectiva, a leitura dos dados demonstra que, embora haja alguns avanços pontuais, ainda é urgente transformar esse cenário com políticas públicas consistentes e de longo prazo, voltadas à qualidade e equidade da educação.

4.3 SÍNTESE DA CORRELAÇÃO DOS NÍVEIS DE PROFICIÊNCIA DO SAEB (2013–2023)

Ao comparar os resultados do SAEB nos anos de 2013 e 2023, relativos às 201 unidades escolares urbanas da rede estadual de ensino do Tocantins que ofertam o 9º ano do Ensino Fundamental, observa-se, a partir dos Gráficos 1 e 2, uma variação significativa na distribuição dos níveis de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática ao longo da década.

ISSN: 2595-1378

Gráfico 1 – Total de escolas por níveis de proficiência do SAEB (2013)

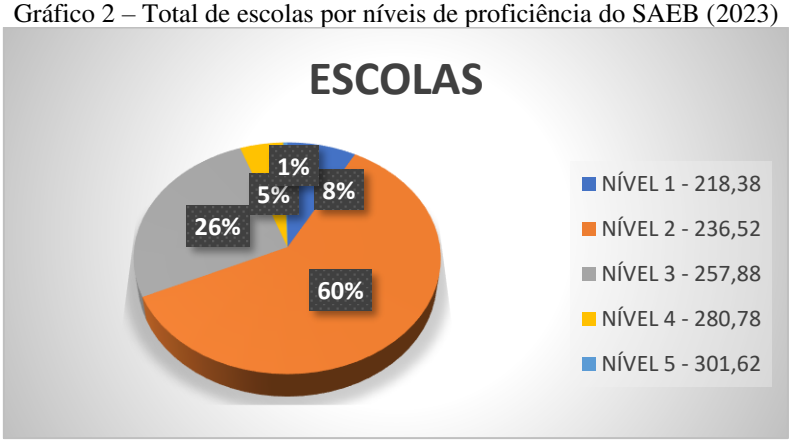


Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Em 2013, os dados indicavam um quadro preocupante: a maioria das escolas concentrava-se nos níveis mais baixos da escala de proficiência definida pelo INEP. Das 201 unidades avaliadas, 50 escolas (25%) apresentaram média de 218,05, correspondendo ao nível 1. A maior parte, 125 escolas (62%), encontrava-se no nível 2, com média de 236,32. Apenas 23 escolas (11%) atingiram o nível 3 (média 258,30), enquanto duas escolas alcançaram o nível 4 (279,47) e apenas uma chegou ao nível 6, com média de 325,21. Esse panorama evidenciava a necessidade de melhorias estruturais e pedagógicas para garantir avanços no processo de ensino e aprendizagem.

Já em 2023, os resultados mostram uma discreta melhora na distribuição dos níveis de proficiência. O número de escolas no nível 1 reduziu-se para 16 (8%), com média de 218,38. O nível 2 ainda concentra a maioria das escolas, com 121 unidades (60%) e média de 236,52, o que demonstra certa estabilidade nesse patamar. Por outro lado, destaca-se o crescimento do número de escolas no nível 3, que passou para 53 (26%), com média de 257,88. Além disso, dez escolas atingiram o nível 4 (média de 280,78), e uma escola – a mesma que anteriormente se encontrava no nível 6 – posicionou-se agora no nível 5, com média de 301,62.

Gráfico 2 – Total de escolas por níveis de proficiência do SAEB (2023)



Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados da pesquisa.

Esses dados sinalizam avanços pontuais no desempenho das escolas, ainda que a maioria permaneça nos níveis considerados intermediários. A ligeira elevação na quantidade de escolas nos níveis 3 e 4 é positiva, mas reforça a urgência de estratégias pedagógicas mais eficazes e políticas públicas voltadas à equidade e à qualidade da educação, para que mais escolas possam alcançar níveis de proficiência compatíveis com as expectativas de aprendizagem estabelecidas para o 9º ano do Ensino Fundamental.

Analisando os dados, do total, 85 unidades escolares apresentaram avanço nos níveis de proficiência:

- 36 migraram do nível 1 para o nível 2;
- 7 do nível 1 para o nível 3;
- 33 do nível 2 para o nível 3;
- e 6 do nível 3 para o nível 4.

Por outro lado, 97 escolas permaneceram no mesmo nível em ambos os anos, e 19 unidades regrediram, sendo:

- 12 do nível 2 para o nível 1;
- 5 do nível 3 para o nível 2;
- 1 do nível 4 para o nível 3;
- E a que estava no nível 6 passou para o nível 5.

Retomando aos conceitos dos autores Popkewitz e Lindblad (2016) *apud* Silva, Silva e Ferreira (2022), quanto a lógica que orienta o uso de indicadores estatísticos na educação, verifica-se que estes não se limitam a organizar informações, mas também impõe processos de hierarquização, categorização e classificação entre países, instituições, regiões, escolas e indivíduos. Além disso, esse movimento acaba por alimentar nichos mercantis e reduzir as pessoas, especialmente as crianças, a meros dados estatísticos, sujeitando-as a mecanismos de controle social.

Diante dessa reflexão, é fundamental que as avaliações e indicadores sejam compreendidos como instrumentos que podem auxiliar no diagnóstico e no planejamento educacional, mas que, por si só, não dão conta da complexidade do processo formativo. É preciso cautela para que a educação não seja capturada por uma lógica meramente numérica e classificatória, que desconsidera as dimensões humanas, culturais e sociais envolvidas no desenvolvimento dos sujeitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década compreendida entre 2013 e 2023 foi marcada por transformações políticas, sociais e econômicas que impactaram diretamente o sistema educacional. No Tocantins, assim como no restante do país, a educação pública enfrentou desafios significativos, como mudanças na gestão, interrupções

no calendário escolar por greves, implementação de novas políticas educacionais e, mais recentemente, os impactos da pandemia de Covid-19, que comprometeram a aprendizagem e o acompanhamento pedagógico de milhares de estudantes.

Apesar disso, os dados apontam para um leve movimento de ascensão nos níveis de proficiência, indicando que estratégias de intervenção pedagógica, formação de professores, programas de recuperação da aprendizagem e iniciativas voltadas à melhoria da qualidade do ensino podem ter contribuído para o avanço de parte das unidades escolares.

Contudo, a concentração ainda expressiva de escolas nos níveis 1 e 2 sinaliza que os desafios persistem e que é necessário ampliar e fortalecer as políticas públicas de educação, sobretudo em regiões com maiores vulnerabilidades socioeducacionais. O avanço de 85 escolas é um indicativo positivo, mas o fato de que quase 100 permaneceram no mesmo patamar e outras regrediram acende um alerta para a necessidade de ações mais efetivas e monitoramento contínuo dos indicadores de qualidade educacional.

Como possibilidade para pesquisas futuras relacionados à este estudo, considera-se relevante investir tempo e análises voltadas para o cumprimento das metas previstas no Plano Estadual de Educação (PEE), como forma de identificar se há outros fatores educacionais que direta ou indiretamente, incidem sobre os resultados apresentados, como aspectos relevantes, visto que conforme Hissa, (2019), a pesquisa na educação não é apenas uma ferramenta para a produção de conhecimento, mas também um princípio educativo que transforma a prática pedagógica e o papel do professor, tornando-o um pesquisador ativo e engajado na busca por soluções para os desafios da educação.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luna Costa. Dalben, Adilson. FREITAS, Luiz Carlos de. O IDEB: limites e ilusões de uma política educacional. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1153-1174, out.-dez. 2013. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/es/a/FGHLWhm47PZpFSHWNxs5GLM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 junh. 2025.

BATISTA, G. E. A. P. **Pré-processamento de dados em aprendizado de máquina supervisionado.** PhD thesis, Universidade de São Paulo, 2003.

BONAMINO, Alicia. A evolução do Saeb: desafios para o futuro. **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 96, p. 113-126, maio/ago. 2016. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/3155/2890>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernardete. Avaliação de sistemas educacionais no Brasil. **Sísifo. Revista de Ciências da Educação**, São Paulo, n. 09, pp. 7-18, mai/ago 2009. Disponível em: < chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://professor.ufop.br/sites/default/files/danielmatos/files/gatti_2009_avaliacao_de_sistemas_educacionais_no_brasil.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2025.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **Entrenotas**: Compreensões da Pesquisa. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2012.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MEC/INEP. **IDEB** Resultados. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados>. Acesso em 07 jul. 2025.

_____. **Prova Brasil:** avaliação do rendimento escolar. Brasília: Diretoria de Avaliação da Educação Básica, Brasília: Mec/Inep, 2013.

_____. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb):** histórico. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/historico>. Acesso em 07 jul. 2025.

_____. **Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb):** matrizes e escalas. Disponível em: < https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/saeb/matrizes-e-escalas>. Acesso em 07 jul. 2025.

PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO TOCANTINS. **Lei nº 2.977, de 08 de julho de 2015.** Publicada no Diário Oficial do Tocantins, Palmas, 08 jul. 2015. nº 4.411, p. 2-22.

PONTES, Luís Antônio Fajardo. Indicadores educacionais no Brasil e no mundo: As diversas faces da Educação. In: **Avaliação e Indicadores Educacionais e Políticas Públicas e Legislação em Educação Profissional**, V.1, 2012, p. 11-31.

RAMOS, Wilsa Maria. ROSSATO, Maristela. Democratização do acesso ao conhecimento e os desafios da reconfiguração social para estudantes e docentes. **Revista Eletrônica de Educação**, v.11, n.3, p.1034-1048, set. / dez. 2017. Disponível em: < https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1906/655>. Acesso em: 20 jul. 2025.

SILVA, Maria Abádia da. SILVA, Maicon Donizete Andrade. FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. Governar por números: política da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico para a educação básica. **Revista Brasileira de Educação** v. 27 e 270120, 2022. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/rbedu/a/qdwqLQwJJgsGsQyMt8qN8Rs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2025.